

APRESENTAÇÃO

EDIÇÃO ESPECIAL: REDE DATALUTA

“UMA CONTRIBUIÇÃO DA REDE DATALUTA NA CONSTRUÇÃO DA GEOGRAFIA AGRÁRIA”

Este dossiê da Revista de Geografia Agrária **Campo Território** contém artigos que promovem um debate teórico-conceitual das análises feitas pela REDE DATALUTA, a partir de nosso banco de dados com o objetivo de fortalecer os estudos da geografia agrária e de outras áreas do conhecimento a respeito da questão agrária.

A REDE DATALUTA é um coletivo de pensamento que nasceu de uma longa trajetória de pesquisadoras e pesquisadores do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) vinculado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Ciência e Tecnologia da UNESP, campus de Presidente Prudente, criado em 1998, com estudos sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a Via Campesina. Neste mesmo ano foi criado o DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra, com dados de ocupações de terra, assentamentos de reforma agrária e estrutura fundiária, atualizados e publicados anualmente no Relatório DATALUTA BRASIL, no modo impresso entre 1999 e 2004 e no modo digital a partir de 2005¹. Nos anos 2014, 2016 e 2017, publicamos o DATALUTA BRAZIL REPORT² e nos anos 2014, 2015, 2016 e 2017 publicamos o INFORME DATALUTA BRASIL³. E desde 2008, publicamos mensalmente o Boletim DATALUTA⁴.

Estes trabalhos realizados por pesquisadoras e pesquisadores de uma rede nacional de pesquisa que começou a ser formada em 2005, na parceria do NERA com o Laboratório de Geografia Agrária (LAGEA) da Universidade Federal de Uberlândia. Desta

¹ Ver: <https://www.fct.unesp.br/#!/pesquisa/dataluta/periodicos-dataluta/relatorio-dataluta/brasil/>

² Ver: <https://www.fct.unesp.br/#!/pesquisa/dataluta/periodicos-dataluta/relatorio-dataluta/dataluta-report-brazil/>

³ Ver: <https://www.fct.unesp.br/#!/pesquisa/dataluta/periodicos-dataluta/relatorio-dataluta/informe-dataluta-brasil/>

⁴ Ver: <https://www.fct.unesp.br/#!/pesquisa/dataluta/periodicos-dataluta/boletim-dataluta/>

parceria nasceu a Rede DATALUTA. Desde então, vinte e um grupos, laboratório e núcleos de pesquisa passaram a compor a Rede DATALUTA, descritos a seguir:

1 - Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária da Biodiversidade do Pantanal (GECA) da Universidade Federal do Mato Grosso.

2 - Grupo de Estudos em Dinâmica Territorial (GEDITE) da Universidade Estadual do Maranhão.

3 - Grupo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Geografia, Educação do Campo e Questão Agrária (GEOEDUQA) da Universidade Federal da Grande Dourados.

4 - Grupo de Estudos Regionais Socioespaciais (GERES) da Universidade Federal de Alfenas.

5 - Grupo de Estudos sobre Trabalho, Espaço e Campesinato (GETEC) da Universidade Federal da Paraíba.

6 - Grupo de Pesquisa Estado, Capital e Trabalho (GPECT) da Universidade Federal de Sergipe.

7 - Laboratório de Geografia Agrária (GEOAGRÁRIA) da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.

8 - Laboratório de Geografia das Lutas no Campo e na Cidade (GEOLUTAS) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

9- Laboratório de Estudos Rurais e Urbanos (LABERUR) da Universidade Federal de Sergipe.

10 - Laboratório de Estudos Rurais (LABRURAL) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

11 - Laboratório de Geografia Agrária (LAGEA), Universidade Federal de Uberlândia.

12 - Laboratório de Geografia e Estudo das Dinâmicas Territoriais (LAGET) da Universidade Federal de Goiás.

13 - Laboratório de Planejamento Ambiental e Gerenciamento Costeiro (LAPLAN) UNESP.

14 - Laboratório de Estudos Regionais e Agrários no Sul e Sudeste do Pará (LERASSP) da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará.

15 - Núcleo de Estudos Territoriais e Agrários (NATERRA) da Universidade Federal do Triângulo Mineiro.

16 - Núcleo de Estudos e Pesquisas Agrárias sobre Desenvolvimento, Espaço e Conflitualidade (NEADEC) da Universidade Federal do Pará.

17 - Núcleo de Estudos Agrários (NEAG) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

18 - Núcleo de Estudos Agrários e Territoriais (NEAT) da Universidade Federal de Uberlândia.

19 - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) da UNESP, campus de Presidente Prudente.

20 - Núcleo de Estudos Agrários (NEAGRI) da Universidade de Brasília.

21 - Banco de Dados das Lutas e Resistências à Política de Modernização Territorial no Vale do Jaguaribe (DATALURE) da Universidade Estadual do Ceará.

Em 2009 com a inauguração da Cátedra UNESCO de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, resultado de um acordo de cooperação entre a UNESCO e a UNESP, sediada no Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), a DATALUTA e o Banco de Dados da Luta pela Terra tornaram-se uma articulação e um projeto de pesquisa registrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Em 2015, iniciamos uma articulação para a criação da REDE DATALUTA América Latina com centros de pesquisas da Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia, Colômbia, Costa Rica e El Salvador, conforme a figura Espacialização da Rede DATALUTA 2021.



Na figura REDE DATALUTA BRASIL observa-se que as equipes de pesquisas dos grupos somam noventa e quatro pessoas, tornando a REDE DATALUTA o maior coletivo de pensamento sobre Geografia Agrária no Brasil.

Desde sua fundação em 2005, a REDE DATALUTA vem construindo uma metodologia de pesquisa na criação de um banco de dados consistente e atualizado anualmente, com publicações periódicas mensais e anuais. Tem pesquisado, fornecido e sistematizado dados de outras fontes, como por exemplo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Com a criação de novos temas, como a Estrangeirização da Terra, Jornadas Universitárias em Defesa da Reforma Agrária, Movimentos socioterritoriais no campo, na cidade, floresta e água, a REDE DATALUTA ampliou sua participação no levantamento de dados, como

pode ser observado na figura REDE DATALUTA BRASIL, que a apresenta as equipes de pesquisa.

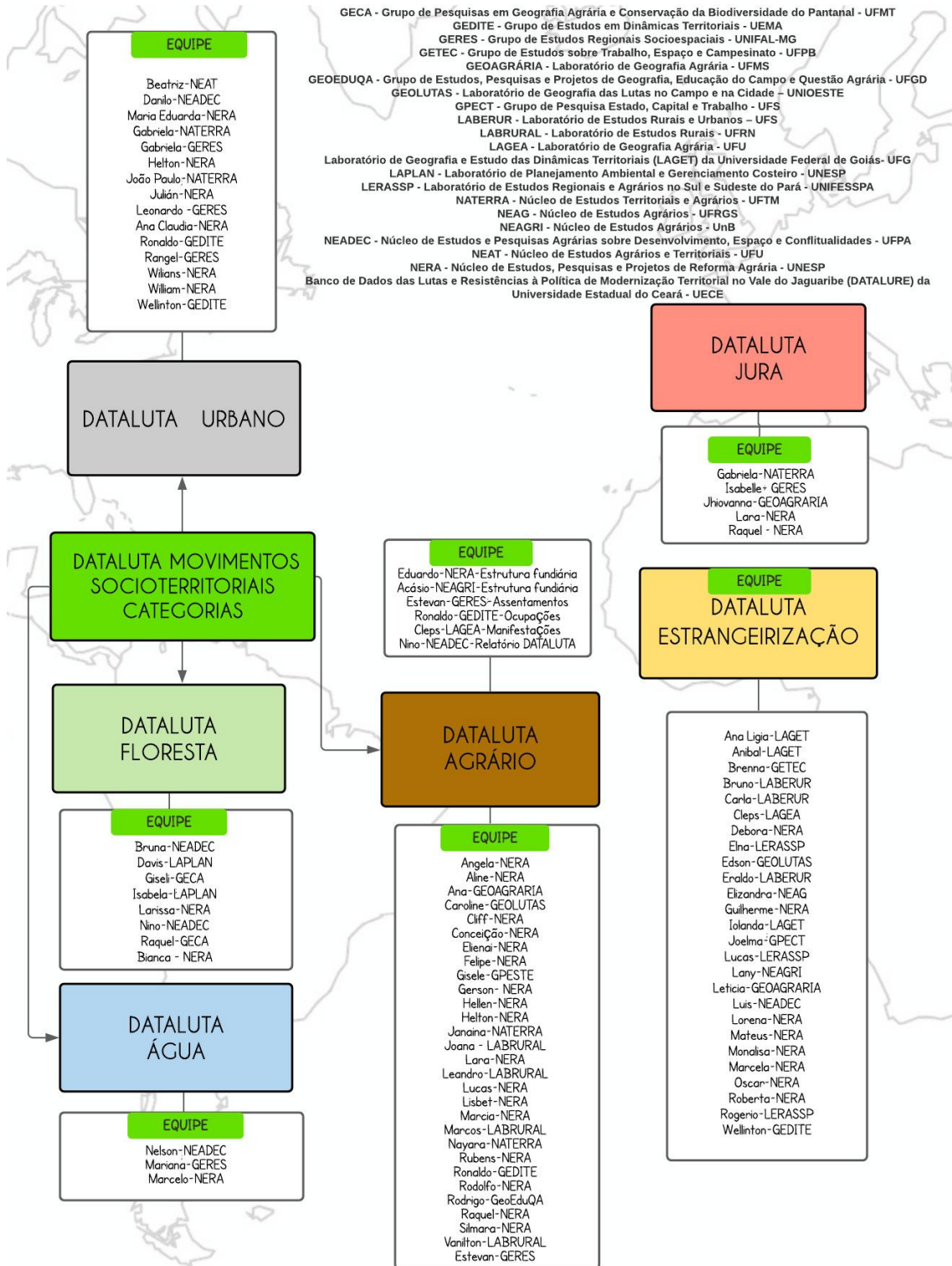
Em 2019, iniciamos o projeto Movimentos Socioterritoriais em Perspectivas Comparada, com apoio da CAPES, com a participação do Brasil, Argentina e Reino Unido, internacionalizando ainda mais a REDE DATALUTA e compartilhando nossa metodologia de pesquisa com outros países. Neste ano a REDE DATALUTA se associou ao Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO). Em 2020, a REDE DATALUTA tornou-se parceira da Land Matrix Initiative (LMI), uma iniciativa global independente de monitoramento de terras, fornecendo dados sobre grandes aquisições de terras no Brasil para produção de commodities e causando a desterritorialização de comunidades indígenas, camponesas e quilombolas.

Os vinte e um grupos, laboratórios núcleos de pesquisas que compõem a REDE DATALUTA produzem monografias, dissertações, teses, publicam artigos e livros em uma contribuição incessante para a construção dos estudos territoriais. A produção teórico-conceitual e metodológica coopera com os debates paradigmáticos e multidisciplinar. Nossas leituras atualizam o paradigma da questão agrária e são críticas ao paradigma do capitalismo agrário. Estudando o desenvolvimento territorial, pesquisadoras e pesquisadores acompanham cotidianamente os movimentos das realidades, analisando dados, debatendo teorias, construindo conceitos, elaborando métodos, interpretando e reinterpretando-as.

Este Dossiê é um esforço conjunto de pesquisadoras e pesquisadores de fora e de dentro da REDE DATALUTA que dialogam com diferentes realidades e temas da questão agrária, na análise dos dados. São dez artigos que versam sobre a os estudos no âmbito da REDE DATALUTA, que contribuem com os processos de leituras da questão agraria brasileira. Os textos discutem algumas categorias de análise da geografia e sua implicação nos estudos da agrária. Refletem conceitos e ideias do coletivo do pensamento e constituem importante fonte de referência para docentes, discentes e pesquisadores da questão agraria brasileira.

REDE DATALUTA - BRASIL

EQUIPES DE TRABALHO - MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS, JURA, ESTRANGEIRIZAÇÃO, OCUPAÇÃO, MANIFESTAÇÃO, ASSENTAMENTOS E ESTRUTURA FUNDIÁRIA.
 Coordenador - Bernardo Mançano Fernandes - NERA - Vice-coordenador - José Sobreiro Filho - NEADEC



No primeiro artigo **“REFLEXÕES SOBRE OS MECANISMOS DE OBTENÇÃO DE TERRAS PARA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL”**, de Acácio Zuniga Leite, Rogério Antônio Mauro e Karla Emmanuela Ribeiro Hora são realizados questionamentos dos mecanismos de obtenção de terras no Brasil entre 1985-2019, explicando a redução dos números de áreas desapropriadas e a ampliação dos assentamentos rurais.

A leitura do artigo **“A CATEGORIA TERRITÓRIO NO CONTEXTO DO BANCO DE DADOS DA LUTA PELA TERRA: olhares sobre a questão agrária brasileira”**, de Onélia Carmem Rosseto, Giseli Dalla Nora e Diogo Marcelo Delben Ferreira de Lima, possibilita o aprofundamento dos estudos sobre a categoria de análise território e suas múltiplas dimensões.

O artigo **“DATA LUTA ESTRANGEIRIZAÇÃO DA TERRA: avanços e desafios teóricos e metodológicos”**, de Lorena Izá Pereira, traz a ampliação dos debates e discussões sobre conceitos e metodologias utilizadas nos estudos sobre a apropriação das terras brasileiras por grupos econômicos estrangeiros.

O artigo **“QUESTÃO AGRÁRIA E A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA NA TRANSIÇÃO DO SÉCULO XX PARA O XXI: uma análise do território goiano”**, de Evandro César Clemente, Raphael Fernando Diniz, Tatiane Rodrigues de Souza, Santiago Soares da Silva, Marcos Paulo Françozi e Mainara da Costa Benincá, analisou a expansão do capital no campo no estado de Goiás e a atuação dos movimentos socioterritoriais no campo.

O artigo **“MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS, AGROECOLOGIA E SOBERANIA ALIMENTAR EM MINAS GERAIS: lutas, resistências e desafios do campesinato”**, de Estevan Leopoldo de Freitas Coca, Janaina Francisca de Souza Campos Vinha e João Cleps Junior, apresenta experiências agroecológicas em Minas Gerais e sua relação com os movimentos socioterritoriais observando os modos de produção e comercialização de alimentos.

O artigo **“PELA CONQUISTA DE DIREITOS E EFETIVAÇÃO DE PROJETOS: os motivos que dão movimento às lutas do campo”**, de Fabiana Borges Víctor, apresenta contextos de Minas Gerais na luta pela terra, observando as manifestações promovidas pelos movimentos socioterritoriais ali existentes.

O artigo **“A LUTA PELA TERRA EM MATO GROSSO DO SUL E A MANUTENÇÃO DO LATIFÚNDIO: uma análise sobre ocupações, reforma agrária e estrutura fundiária”**, de Letícia Alves Leonardo, Luana Fernanda Luiz, Danilo Souza Melo e Sedeval Nardoque, nos oferece uma leitura crítica sobre o uso da terra e estrutura fundiária em Mato Grosso do Sul e seus impactos na luta dos movimentos socioterritoriais pela Reforma Agrária.

Mato Grosso do Sul entra em pauta novamente com o artigo **“A QUESTÃO AGRÁRIA E OS MOVIMENTOS E ORGANIZAÇÕES DE LUTA PELA TERRA: um estudo nos assentamentos do município de Nova Andradina/MS”**, de Fabiano Greter Moreira, que aprofunda as questões dos assentamentos rurais no município em questão.

O artigo **“A PARALISAÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO DO SUL: o MST como referência da luta pela terra e território (1984 - 2019)”**, de Fagner Lira Bezerra e Bernardo Mançano Fernandes, apresenta reflexões sobre a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST na luta pela reforma agrária no estado do Mato Grosso do Sul.

Fechando o dossiê, o artigo **“DESCOLONIZANDO TERRITÓRIOS INDÍGENAS: As retomadas Guarani Kaiowá – Mato Grosso do Sul/Brasil”**, de Marcos Leandro Mondaro, possibilita o aprofundamento das leituras sobre os movimentos socioterritoriais indígenas com especial atenção a demarcação dos territórios Guarani Kaiowá.

Boa leitura!

Giseli Dalla Nora (UFMT)

Onélia Carmem Rossetto (UFMT)

Diogo Marcelo Delben Ferreira de Lima (UFMT)

João Cleps Junior (UFU)

Bernardo Mançano Fernandes (UNESP)

Organizadores